

Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)

CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO DOS COMITÊS PCJ (CT-MH)
GRUPO DE TRABALHO-ESTIAGEM 2026 DOS COMITÊS PCJ (GT-ESTIAGEM)
Ata da 273ª Reunião Ordinária da CT-MH, 1ª Reunião do GT-Estiagem 2026 e
1ª Reunião Conjunta CT-MH e GT-Estiagem 2026
CIESP - Campinas/SP – 05/11/2025 – 9:30 horas

Membros da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) com direito à voto			
Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação
Ajinomoto	Rogério Santa Rosa	Titular	Ausente
	Larissa Caroline Pinotti	Suplente	Ausente
	Léo Jaymee de Vilas Boas da Silva	Suplente	Presente
	Tiago de Amo	Suplente	Ausente
ASSEMAE	Ivânio Rodrigues Alves	Titular	Presente
	André Felipe de Oliveira	Suplente	Presente
	Diego de Oliveira Pinto	Suplente	Presente
	Eliana Von Atzingen Bueno Morello	Suplente	Ausente
	Guilherme Gimenes	Suplente	Ausente
	Luiz Artime Rozalen Garcia	Suplente	Presente
	Paulo Roberto Szeligowski Tinel	Suplente	Presente
BRK Ambiental Limeira	Vagner Pancini da Silva	Titular	Ausente
	Eduardo Gonzales Curtis	Suplente	Ausente
	Erick Krambeck	Suplente	Ausente
	Késia de Paula Teixeira	Suplente	Presente
	Mona Lisie Pavan Ribeiro	Suplente	Presente
	Nilto Candido Faustino	Suplente	Ausente
CENA/USP	Ernani Pinto Junior	Titular	Ausente
	Giuliano Locoslli	Suplente	Ausente
CETESB	Lúcio Flávio Furtado Lima	Titular	Presente
	Alberto Degrecci Neto	Suplente	Ausente
	Lilian Barrella Peres	Suplente	Ausente
	Nelson Menegon Júnior	Suplente	Ausente
Cia. de Saneamento de Jundiaí	Agnes Janaína Tezotto Gutierrez	Titular	Presente
	Fábio Ercolin	Suplente	Presente
	Jaqueline Cabrini Belli	Suplente	Ausente
CIESP – DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti	Titular	Presente
	Renato de Almeida Gonçalves	Suplente	Presente
Clean Environment Brasil	André Luis Caramello	Titular	Presente
	Cristiano Augusto Leonardo	Suplente	Ausente
	Mateus Boro Machado	Suplente	Ausente
	Neimar de Almeida Sá Pedro	Suplente	Ausente
Consórcio PCJ	Aguinaldo Brito Júnior	Titular	Presente
	Francisco Carlos Castro Lahóz	Suplente	Ausente
	Flávio Forti Stenico	Suplente	Ausente
CPFL Renováveis	Henrique Degraf	Titular	Presente
	Beatriz Sepulveda Pires	Suplente	Presente
	Dayana Galisteu Senna Fernandes	Suplente	Ausente
	Sarah Dantas Rotheia Carvalho	Suplente	Ausente
DAAE Rio Claro	Denilson Massaferrero Junior	Titular	Presente
	Emerson Ricardo Dias de Jesus	Suplente	Ausente
DAE Americana	Leandro Gustavo Peccin	Titular	Justificado
	Kayque Leone Pereira	Suplente	Justificado
	Neuza Maria Tardivel de Lima	Suplente	Justificado
DAE Jundiaí	Maria das Graças Martini	Titular	Justificado
	João Marcelo Sacchi Pimentel	Suplente	Justificado
	José Antonio Ferreira	Suplente	Justificado

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO DOS COMITÊS PCJ (CT-MH)
GRUPO DE TRABALHO-ESTIAGEM 2026 DOS COMITÊS PCJ (GT-ESTIAGEM)
Ata da 273ª Reunião Ordinária da CT-MH, 1ª Reunião do GT-Estiagem 2026 e
1ª Reunião Conjunta CT-MH e GT-Estiagem 2026
CIESP - Campinas/SP – 05/11/2025 – 9:30 horas

	Karen Cristina Tasaka	Suplente	Justificado
	Leandro Lopes Ferro	Suplente	Justificado
	Nádia Zacharczuk	Suplente	Justificado
	Paulo José Rossi Freitas	Suplente	Justificado
	Rodrigo de Almeida Marçal	Suplente	Justificado
DAEV	Rodrigo Basso	Titular	Presente
	Claudia Helena Mayer Cristofoli	Suplente	Ausente
EMBRAPA	Alexandre Ortega Gonçalves	Titular	Ausente
	Anderson Soares Pereira	Suplente	Ausente
	Maria Lucia Zuccari	Suplente	Justificado
	Pedro Gerhard	Suplente	Ausente
FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella	Titular	Presente
IGAM	Adelmo Antônio Correia	Titular	Ausente
	Manoela Gomes de Braga Ferreira	Suplente	Ausente
	Paula Pereira de Souza	Suplente	Ausente
Movimento Resgate o Cambuí	Vicente Andreu Guillo	Titular	Ausente
	Maria Rodrigues Cabral	Suplente	Presente
	Teresa Cristina Moura Penteadó	Suplente	Ausente
P.M. de Campinas	Luís Filipe Rodrigues	Titular	Presente
	Eduardo Betenjane Romano	Suplente	Ausente
	Marisa Emiko Kawaichi	Suplente	Presente
P.M de Campo Limpo Paulista	Tainah Aparecida Martins Baratella	Titular	Presente
	Maria Karolina da Silva Tamberlini	Suplente	Ausente
	Silvia Rocha	Suplente	Ausente
	Eduardo Augusto da Silva	Suplente	Ausente
	David Halbig	Suplente	Ausente
P.M de Hortolândia	Michelle Gouvêa Martins	Titular	Presente
	Euro Bruzoni Júnior	Suplente	Ausente
P.M de Itatiba	Thais Polezel Franco de Camargo	Titular	Presente
	Leila Aparecida Pires Recaman Cavallaro	Suplente	Ausente
P.M de Limeira	Juvenal Soares de Araújo Neto	Titular	Presente
	Tiago Bacarin Custódio	Suplente	Ausente
P.M de Louveira	Guilherme Afonso Marques	Titular	Ausente
	Douglas Roberto Philomeno	Suplente	Ausente
	Luis Roberto Fontes	Suplente	Ausente
	Mateus Bento Batista Arantes	Suplente	Ausente
	Rodrigo Miguel Pereira Batalha	Suplente	Ausente
P.M. de Piracaia	Reginaldo Dias Grunwald Neto	Titular	Presente
	Diego Andrade Soares	Suplente	Ausente
	Lincoln Cesar de Oliveira	Suplente	Ausente
	Luiz Gustavo Lacerda S. de Araújo	Suplente	Ausente
	Roberlei Lopes	Suplente	Ausente
	Victor Cesar da Costa Gonçalves	Suplente	Ausente
P.M de Várzea Paulista	Peterson de Ávila Alves Afonso	Titular	Ausente
	Claudemir Santos Gonçalves	Suplente	Ausente
	Cristiano Augusto Vargas	Suplente	Ausente
	João José de Lima	Suplente	Ausente
	Rafael Tamberlini	Suplente	Ausente
Química Amparo	Maira Gomes Bueno de Avila	Titular	Ausente
	Marina Arantes Izidio Bernardi	Suplente	Ausente
	Priscila Miranda Figueira	Titular	Presente

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO DOS COMITÊS PCJ (CT-MH)
GRUPO DE TRABALHO-ESTIAGEM 2026 DOS COMITÊS PCJ (GT-ESTIAGEM)
Ata da 273ª Reunião Ordinária da CT-MH, 1ª Reunião do GT-Estiagem 2026 e
1ª Reunião Conjunta CT-MH e GT-Estiagem 2026
CIESP - Campinas/SP – 05/11/2025 – 9:30 horas

REPLAN	Deivid Lucas dos Santos Migueleti	Suplente	Ausente
RHODIA	Ricardo dos Santos	Titular	Presente
	Bruno dos Anjos Araujo	Suplente	Presente
	Daniel Gouveia	Suplente	Ausente
SAAE Atibaia	Thaís Martins	Titular	Presente
	Dorival Hernandes	Suplente	Presente
	João Batista Ramos Jacomin	Suplente	Ausente
SAAEJA	Ricardo Ferreira Abdo	Titular	Presente
	Alice Bortolotto Valsecchi	Suplente	Presente
	Edileuza Vicente da Silva	Suplente	Ausente
	Elton John Marques Barbosa	Suplente	Ausente
	Gleice Giovanna Aparecida Baceto Montagna	Suplente	Ausente
	Luciana Carla Ferreira de Souza	Suplente	Ausente
	Paulo Roberto Iamarino	Suplente	Ausente
SABESP	Silvana Turolla Broleze	Suplente	Ausente
	Rodrigo Ferraz Moreira	Titular	Presente
	Luciano Fernando de Toledo	Suplente	Ausente
SANASA	Rafael Miranda	Suplente	Ausente
	Luís Filipe Rodrigues	Titular	Presente
	André Felipe de Oliveira	Suplente	Presente
	Diego de Oliveira Pinto	Suplente	Presente
	Eduardo Betenjane Romano	Suplente	Ausente
	Eliana Von Atzingen Bueno Morello	Suplente	Ausente
	Guilherme Gimenes	Suplente	Ausente
	Ivânio Rodrigues Alves	Suplente	Presente
	Luiz Artime Rozalen Garcia	Suplente	Presente
SANEBAVI	Marisa Emiko Kawaichi	Suplente	Presente
	Juliana Graciani Carniato	Titular	Presente
	Gabriel Azevedo De Carvalho	Suplente	Presente
Santher Papel	Mara Letelian Leite Reis	Suplente	Ausente
	Fabiana Sciamarelli	Titular	Presente
	Adriana Boniolo Muciacito	Suplente	Ausente
SEMAE	Fabiane Billalovo Coca	Suplente	Ausente
	Ivan Canalle	Titular	Presente
	Joseli Karina Forti	Suplente	Ausente
	Natassia Bonini Vidas	Suplente	Presente
SP Águas	Nuno Bernardes Zin Garcia Pires	Suplente	Ausente
	Cátia Andersen Casagrande	Titular	Presente
SPAL	Karoline de Goes Dantas	Suplente	Presente
	Maressa da Silva Ferreira Carvalho	Titular	Presente
	Greicy Maia Chaves	Suplente	Ausente
	Juliana Diniz Garcia Sales	Suplente	Ausente
	Letícia Pissinato	Suplente	Ausente
	Melissa Gracielle de Barros Hilario	Suplente	Ausente
Suzano Papel e Celulose	Renato José Moreira Junior	Suplente	Ausente
	Jonas Vitti	Titular	Ausente
	Ana Paula Martins	Suplente	Ausente
UNICA	Bianca Cristina Francischinelli da Silveira	Suplente	Presente
	André Elia Neto	Titular	Ausente
	Bartira Elia	Suplente	Ausente
	André Luís Sotero Salustiano Martim	Titular	Presente

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO DOS COMITÊS PCJ (CT-MH)
GRUPO DE TRABALHO-ESTIAGEM 2026 DOS COMITÊS PCJ (GT-ESTIAGEM)
**Ata da 273ª Reunião Ordinária da CT-MH, 1ª Reunião do GT-Estiagem 2026 e
1ª Reunião Conjunta CT-MH e GT-Estiagem 2026
CIESP - Campinas/SP – 05/11/2025 – 9:30 horas**

UNICAMP	José Anderson do Nascimento Batista	Suplente	Presente
	José Gilberto Dalfré Filho	Suplente	Ausente

Membros do GT-Estiagem 2026 (CT-PL)		
Entidade/Representação	Representante	Participação
AFOCAPI	José Rodolfo Penatti	Ausente
ASSEMAE	Paulo Roberto Szeligowski Tinel	Presente
CIESP - DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti	Presente
Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahoz	Ausente
FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella	Presente
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel	Presente
P.M. de Santa Bárbara D'Oeste	Laerson Andia Junior	Ausente
SABESP	Rodrigo Ferraz Moreira	Presente
Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas)	Felipe Gobet de Aguiar	Presente
	Sarah Janaina Menuzzo Quental	Presente
ANA	Agustin Justo Trigo	Ausente
ARSESP	Itamar Aparecido Oliveira	Ausente
ARES-PCJ	Caroline Túbero Bacchin	Presente
GAEMA	Rodrigo Sanches Garcia	Presente
	Flávia Travaglini Zulian	Ausente
	Ivan Carneiro Castanheiro	Ausente
	Alexandra Faccioli Martins	Presente
CT-SA	Mateus Bento Batista Arantes	Ausente
CT-MH	Luis Filipe Rodrigues	Presente
CT-EA	Adriana Saciotto Marcantonio	Ausente
Secretaria Executiva dos Comitês PCJ	Denis Herisson da Silva	Presente
	André Luiz Sanchez Navarro	Justificado
Fundação Agência das Bacias PCJ	Sérgio Razera	Presente
	Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi	Presente
	Ivens de Oliveira	Ausente

Demais presentes	
Entidade	Representante
Fundação Agência das Bacias PCJ	Ana Beatriz Cruzatto
	Ana Beatriz Oliveira
	Bruno Zampaulo
	Daniel Ramos
	Débora Lavoura
	Eduardo Leo
	Everton Quiararia
	Gabriel Sobreira
	José Cezário
	Luclécia Soares
	Nathália Corá
	Raquel Quirino
	Rosa Cardoso
	Tainá Moura
ARES-PCJ	Rodrigo Lopes de Freitas Leitão
ARSESP	Juliana Fontes Lima Collaço

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO DOS COMITÊS PCJ (CT-MH)
GRUPO DE TRABALHO-ESTIAGEM 2026 DOS COMITÊS PCJ (GT-ESTIAGEM)
**Ata da 273ª Reunião Ordinária da CT-MH, 1ª Reunião do GT-Estiagem 2026 e
1ª Reunião Conjunta CT-MH e GT-Estiagem 2026
CIESP - Campinas/SP – 05/11/2025 – 9:30 horas**

ArcelorMittal	Robson Cristiano Bonsi
	Thais Soares de Campos
CIESP	Jorge Luiz Silva Rocco
CIESP – DR Americana	Leandro Zanini Santos
CIESP – DR Campinas	Stefan Rohr
CJ do Brasil	Lucas Artur Spagnol
DAAE Rio Claro	Daniel Cezar Dias Naideg
IPSA-C	Rodrigo Hajjar Francisco
REPLAN/Petrobras	Valdir José Pinheiro
SIMEPAR	Marco Antonio Jusevicius
	Maria Fernanda Lima
Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas)	Ana Paula Zubiaurre Brites
	Anderson Barboza Esteves
	Claiton de Jesus Barbosa
	Josielton da Silva Santos
	Rafael Antonio Alves Leite
	Rafael Grinberg Chasles

5 **1. Abertura.** A convocação e a pauta da 273ª
Reunião Ordinária da CT-MH, 1ª Reunião do GT-
Estiagem 2026 e 1ª Reunião Conjunta CT-MH e
GT-Estiagem 2026 foram enviadas aos membros,
em 25/10/2025, por meio de mensagem eletrônica.
A abertura da reunião foi realizada pelo Sr.
Alexandre Luis de Almeida Vilella, representante
da FIESP e Coordenador da Câmara Técnica de
Monitoramento Hidrológico (CT-MH) dos Comitês
10 PCJ, que cumprimentou a presença de todos os
membros da CT-MH, do GT-Estiagem, os
representantes de demais instituições presentes, e
agradeceu o Sr. Stefan Rohr, Diretor do CIESP –
Diretoria Regional de Campinas pela cessão do
15 espaço. Na sequência, o Sr. Alexandre a passou a
palavra para o Sr. Stefan Rohr para uma fala inicial.
O Sr. Stefan Rohr agradeceu a presença de todos e
relembrou que a última reunião dos Comitês PCJ
que participou naquele local foi em outubro de 1997
20 e que desde então houve muitos avanços no que
concerne a gestão de recursos hídricos regional. O
Sr. Stefan Rohr também demonstrou preocupação
com a situação hídrica prevista para 2026, que
desencadeia ações emergenciais, como as
25 vivenciadas por alguns municípios e empresas da
região. Na sequência o Sr. Alexandre solicitou a
exibição de um vídeo gravado pela Sra. Camila
Rocha Cunha Viana, Diretora-presidente da
Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP
30 Águas). No vídeo, a Sra. Camila Viana agradeceu o
convite da coordenação da CT-MH para apresentar
e debater o Protocolo de Escassez Hídrica da SP-
Águas. Explicou que o instrumento tem como

objetivo orientar a atuação da agência em cenários
35 de estiagem, promovendo diálogo com os usuários
para garantir sua efetividade diante do aumento da
frequência de eventos críticos e das incertezas
climáticas. Ressaltou que o protocolo ainda está em
fase de construção e aprimoramento, sendo
40 essencial a participação dos usuários no processo,
por meio de sugestões e contribuições que
fortaleçam sua aplicação nas áreas de fiscalização,
outorga, planejamento e diagnóstico. Finalizou
destacando a importância da colaboração entre os
45 órgãos e usuários para o aperfeiçoamento contínuo
do instrumento e desejou um debate produtivo,
justificando sua ausência presencial por estar
participando do evento Summit SP+Verde. O Sr.
Alexandre Vilella registrou a presença dos seguintes
50 diretores da SP Águas na reunião: Anderson
Barboza Esteves e Ana Paula Zubiaurre Brites, bem
como outros representantes da Divisão do Médio
Tietê da SP Águas. Em seguida, o Sr. Alexandre
Vilella passou a palavra para o Sr. Denis Herisson
55 da Silva, Secretário-executivo do CBH-PCJ e do
PCJ FEDERAL e Coordenador do GT-Estiagem. O
Sr. Denis Silva agradeceu a presença de todos e
ressaltou que o GT-Estiagem deverá se debruçar em
ações visando a mitigação dos efeitos da estiagem
60 em 2026, principalmente devido aos modelos
meteorológicos apontarem que a estação chuvosa
será de precipitações abaixo da média. O Sr.
Alexandre Vilella agradeceu ao Sr. Denis Silva e
passou a palavra ao Sr. Anderson Barboza Esteves,
65 Diretor da SP Águas. O Sr. Anderson Esteves
agradeceu o convite para participar da reunião e

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO DOS COMITÊS PCJ (CT-MH)
GRUPO DE TRABALHO-ESTIAGEM 2026 DOS COMITÊS PCJ (GT-ESTIAGEM)
**Ata da 273ª Reunião Ordinária da CT-MH, 1ª Reunião do GT-Estiagem 2026 e
1ª Reunião Conjunta CT-MH e GT-Estiagem 2026
CIESP - Campinas/SP – 05/11/2025 – 9:30 horas**

parabenizou os Comitês PCJ pelo trabalho que é desenvolvido em prol da gestão dos recursos hídricos desde 1993, destacadamente. Afirmou ainda que há uma dificuldade da Agência em desenvolver os protocolos, tendo em vista que a SP Águas completou um ano de fundação há pouco tempo, entretanto ressaltou que os trabalhos estão sendo desenvolvidos considerando todas as esferas de atuação da instituição e que a próxima discussão a se iniciar será o do protocolo de cheias, visando a mitigação de eventos hidrológicos extremos de alta precipitação. O Sr. Anderson Esteves finalizou se colocando à disposição para o diálogo conjunto entre a SP Águas e os Comitês PCJ. Em seguida, o Sr. Alexandre Vilella passou a palavra para a Sra. Ana Paula Zubiaurre Brites, Diretora da Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas). A Sra. Ana Paula Brites afirmou que a participação em discussões como essas é fundamental para fortalecer a atuação conjunta na construção da regulação dos recursos hídricos. Destacou a importância de promover previsibilidade nas ações, atender às consultas públicas e incentivar a participação social no processo regulatório. Ressaltou que o diálogo e a cooperação entre as instituições contribuem significativamente para o aprimoramento da gestão e para o enfrentamento dos desafios impostos pelas variações climáticas, agradecendo a oportunidade de participar do debate. **2. Informes. 2.1 da Coordenação da CT-MH.** O Sr. Alexandre Vilella realizou os seguintes informes: a) Faleceu em Bragança Paulista/SP, no último dia 31/10, o Sr. Michele Consolmagno. O Sr. Michele participou ativamente do aprimoramento da gestão dos recursos hídricos e foi membro ativo dos Comitês PCJ representando diversos segmentos, nos Plenários dos Comitês PCJ e nas Câmaras Técnicas, incluindo a CT-MH. O Sr. Alexandre Vilella prestou solidariedade a família do Sr. Michele e afirmou que sua presença fará falta para a CT-MH; b) O Sistema Cantareira (SC) continuará a operar na Faixa de Restrição em novembro, segundo informe feito pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas). A medida é resultado do volumes registrados nos reservatórios que compõem o SC e, por consequência, a Sabesp poderá retirar do sistema até 23 m³/s; c) Está aberta a Consulta Pública nº 14/2025, da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP), que trata de norma que visará disciplinar o “Planejamento preventivo, a aplicação

e o acompanhamento das medidas operacionais, para aplicação em função de Faixas de Atuação nos sistemas produtores de abastecimento de água regulados pela ARSESP”. A consulta ocorrerá até 22/11/2025 e poderá ser realizada através do site da agência; d) Foram editadas as Deliberações SP-Águas nº 11 e nº 12 que versam sobre a declaração de escassez hídrica na bacia hidrográfica do Alto Tietê e na porção paulista da bacia do Rio Piracicaba; e) Foi publicado o Comunicado SP-Águas, de 23/09/2025, que a partir do dia 24 do mesmo mês, estão suspensas temporariamente a emissão de novas declarações de dispensa de outorga para captação superficial destinada a usos não prioritários. Permaneceram permitidos apenas as emissões destinadas aos usos voltados ao abastecimento humano e à dessedentação animal. Também foram suspensas as emissões de outorgas para captações subterrâneas realizadas por poços escavados (cacimbas e cisternas), além de poços tubulares com até 30 metros de profundidade localizados a menos de 200 metros de corpos hídricos. As medidas foram adotadas em razão da situação crítica das vazões, tanto na bacia do Alto Tietê quanto na do Rio Piracicaba, e permanecerão vigentes até a normalização das condições hidrológicas. **2.2 dos Membros.** O Sr. Alexandre Vilella questionou os presentes e não houve manifestações por parte dos membros da CT-MH para informes, passando para o próximo item de pauta. **2.3. da Secretaria Executiva.** A Sra. Tainá Lima de Moura, da equipe de apoio da Secretaria Executiva (SE/PCJ) realizou os seguintes informes: a) Foi realizada a alteração de representante da Companhia Saneamento de Jundiá (CSJ), com a inclusão do Sr. Fábio Ercolin como representante suplente; b) Será realizada em 13 e 14/11, na UNESP Rio Claro, o VII Workshop de Águas Subterrâneas dos Comitês PCJ. O evento é organizado pela Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) e conta com o apoio da CT-MH. As inscrições para participação podem ser realizadas no site dos Comitês PCJ, na seção “[Eventos](#)”; c) Ocorrerá em 07/11/2025, a partir das 09hrs, a 15ª Reunião Extraordinária Conjunta da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ. Na sequência, a partir das 10hrs, ocorrerá a 98ª Reunião Ordinária da CT-PL dos Comitês PCJ. As reuniões serão transmitidas através do *YouTube*, no canal da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ ([link](#)). **3. Leitura e**

CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO DOS COMITÊS PCJ (CT-MH)
GRUPO DE TRABALHO-ESTIAGEM 2026 DOS COMITÊS PCJ (GT-ESTIAGEM)
**Ata da 273ª Reunião Ordinária da CT-MH, 1ª Reunião do GT-Estiagem 2026 e
1ª Reunião Conjunta CT-MH e GT-Estiagem 2026
CIESP - Campinas/SP – 05/11/2025 – 9:30 horas**

apreciação da minuta de ata da reunião anterior. O Sr. Luis Filipe Rodrigues, representante da P.M. de Campinas e 2º Coordenador-adjunto da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) dos Comitês PCJ, questionou aos membros sobre a necessidade de leitura da minuta de ata da 272ª Reunião Ordinária da CT-MH, ocorrida em 02/10/2025, por videoconferência. A leitura foi dispensada, por unanimidade, e o Sr. Luis Filipe abriu a manifestação sobre o conteúdo. A Sra. Tainá Moura informou que houve a manifestação via e-mail, apontando que na minuta enviada, o Sr. Rodrigo Moreira foi erroneamente incluído como representante da SP Águas, ao invés de ter sido colocado como representante da Sabesp. A minuta de ata foi corrigida e o Sr. Luis Filipe questionou aos membros se havia concordância com o conteúdo do documento. Não havendo manifestações, a minuta de ata foi aprovada por unanimidade. **4. Situação dos mananciais, Sistema Cantareira, informações dos usuários e das condições hidrometeorológicas e 5. Ocorrências registradas durante o mês de outubro/2025.** O Sr. Luis Filipe Rodrigues iniciou sua fala informando as vazões registradas na Rede Telemétrica SAISP em 05/11 às 07hrs, a saber: **a)** Rio Jaguari: posto F25B, a vazão era de 11,54 m³/s; em Pires, 11,37 m³/s; em Bernardo Fig. Montante, 11,10 m³/s; em Bernardo Fig. Jusante, 10,61 m³/s; em Buenópolis, 9,91 m³/s; em Guaripocaba, 1,60 m³/s; em Jaguariúna, 11,81 m³/s; e em Usina Ester, 40,32 m³/s. **b)** Rio Camanducaia: posto Amparo, a vazão era de 8,12 m³/s; e em Dal Bó, 10,47 m³/s. **c)** Rio Cachoeira: posto Cachoeira Montante, a vazão era de 3,34 m³/s e em Piracacia Centro, 2,18 m³/s. **d)** Rio Atibainha: posto Atibainha Montante, a vazão era de 1,68 m³/s e em Mascate, 1,77 m³/s. **e)** Rio Atibaia: posto Atibaia, a vazão era de 8,99 m³/s; em Bairro Ponte era de 14,94 m³/s; em Captação Valinhos, 15,95 m³/s; em Desembargador Furtado, 18,20 m³/s e em Acima Paulínia, 23,03 m³/s. **f)** Ribeirão Anhumas: posto Anhumas Foz, a vazão era de 2,15 m³/s. **g)** Rio Jundiá: posto Campo Limpo Paulista, a vazão era de 0,81 m³/s; em Itaici era de 5,02 m³/s e em Salto, 6,85 m³/s. **h)** Ribeirão Piraí: posto Captação DAE Salto, a vazão era de 1,37 m³/s. **i)** Rio Capivari: posto Reforma Agrária a vazão era de 1,04 m³/s e em Monte Mor, a vazão era de 7,48 m³/s. **j)** Rio Capivari Mirim: posto Capivari Mirim, a vazão era de 0,47 m³/s. **k)** Rio Piracicaba: posto Aimaratá, a vazão era de 81,61 m³/s; em Santa Bárbara, a vazão era de 84,46 m³/s; em Piracicaba,

93,43 m³/s e em Artemis, 119,76 m³/s. **l)** Ribeirão Quilombo: posto Sumaré, a vazão era de 2,62 m³/s e em Americana a vazão era de 8,86 m³/s. **m)** Rio Corumbataí: posto Rio Claro, a vazão era de 3,72 m³/s; em Batovi a vazão era de 4,45 m³/s e em Captação SEMAE, 16,99 m³/s. O Sr. Ivan Canalle, representante do SEMAE Piracicaba, afirmou que no dia 24 de outubro ocorreu um evento crítico na qualidade da água do Rio Corumbataí, causado por aumento expressivo de vinhaça, o que resultou em elevação de mais de 300% no consumo de cloro pela ETA Capim Fino. Relatou que o fato foi comunicado à Agência Ambiental de Piracicaba da CETESB e que, após um dia, a situação foi normalizada. Informou ainda que, nos últimos dias de outubro, registrou-se novo episódio, desta vez relacionado ao aumento na concentração de amônia, o que também exigiu maior uso de produtos químicos e redução da vazão da estação para garantir a potabilidade da água. Destacou que a frequência desses eventos, especialmente nos anos de 2024 e 2025, tem sido crescente, o que preocupa o serviço de abastecimento, e ressaltou a necessidade de investigar possíveis despejos pontuais irregulares para evitar novos comprometimentos na qualidade da água e no abastecimento público do município de Piracicaba. O Sr. Luiz Artime Rozalen Garcia, representante da ASSEMAE e SANASA informou que a captação da SANASA no Rio Atibaia foi interrompida cinco vezes no mês de outubro, totalizando 9 horas de paralisação. Destacou que esse número é recorde para o mês de outubro e atribuiu o fato a baixa qualidade da água oriunda principalmente do Ribeirão Pinheiros. O Sr. Alexandre Vilella afirmou que, apesar das chuvas intensas da última semana, que chegaram a registrar mais de 100 mm em 24 horas em algumas cidades, a recuperação dos mananciais foi menor do que o esperado. Observou que, mesmo após o período de chuva, as vazões retornaram rapidamente aos níveis anteriores pré-chuvas. Ressaltou que esse comportamento tem se repetido e traz implicações diretas para a operação dos sistemas de captação e abastecimento, mencionando que ajustes nas descargas foram realizados inclusive aos domingos. Observou que a velocidade de queda das vazões tem sido muito acentuada, o que impõe grande desafio à gestão, exigindo conciliar a redução de vazão com a abertura controlada das estruturas de operação, respeitando o tempo de trânsito estimado entre 10 e 12 dias e evitando o descumprimento das regras

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO DOS COMITÊS PCJ (CT-MH)

GRUPO DE TRABALHO-ESTIAGEM 2026 DOS COMITÊS PCJ (GT-ESTIAGEM)

Ata da 273ª Reunião Ordinária da CT-MH, 1ª Reunião do GT-Estiagem 2026 e

1ª Reunião Conjunta CT-MH e GT-Estiagem 2026

CIESP - Campinas/SP – 05/11/2025 – 9:30 horas

275 operativas. Destacou que essa é uma das principais preocupações da CT-MH no acompanhamento dos efeitos das chuvas sobre os mananciais. Acrescentou que, apesar do cenário crítico, as vazões têm se mantido em patamares estáveis no Rio Jaguari devido ao volume de chuvas mais elevado na região e à menor demanda de retirada de água. Informou que o rio apresenta vazões próximas a 10 m³/s em Usina Ester, o que é relevante para o abastecimento de Limeira. Observou que a situação evidencia a gravidade do momento hídrico vivido na região, reforçando a necessidade de acompanhamento constante. Mencionou ainda que têm sido registradas ocorrências recorrentes relacionadas à qualidade da água, com destaque para ofícios encaminhados pela BRK Ambiental, em especial e mais recente proveniente de Sumaré, tratando de problemas que vêm se repetindo nos últimos meses. A Sra. Késia de Paula Teixeira, representante da BRK afirmou que o ponto de captação do município de Sumaré tem enfrentado sérias dificuldades devido ao aumento na concentração de microrganismos e alterações na qualidade da água. Relatou que, em outubro, ocorreram três episódios críticos, nos dias 11, 18 e 29, com pico de concentração de nitrogênio amoniacal de 8,24 mg/L. Explicou que, diante desses picos, não foi possível manter o tratamento da água, sendo necessária a interrupção temporária da captação e produção de água, o que resultou em desabastecimento no município. Informou ainda que, além dessas ocorrências, foram percebidos odores associados a compostos fenólicos, situação que vem sendo acompanhada com apoio técnico dos órgãos competentes. Ressaltou que as paralisações são medidas de segurança adotadas para garantir a qualidade da água distribuída à população e que todos os episódios têm sido devidamente comunicados por meio de relatórios oficiais à Agência Ambiental de Paulínia da CETESB. O Sr. Lúcio Flávio Furtado Lima, representante da CETESB afirmou que a captação do município de Sumaré é bastante sensível por receber toda a contribuição da bacia à montante e que os episódios de alteração na qualidade da água têm ocorrido, em geral, após períodos de chuva. Informou que a CETESB mantém contato permanente com a concessionária, realiza coletas de amostras no rio durante os eventos e adota as medidas administrativas cabíveis. Destacou que o principal desafio está relacionado ao saneamento, pois levantamentos da CETESB indicam que as maiores

fontes de fósforo e nitrogênio no trecho do rio Atibaia provêm de esgotos domésticos, sendo que as estações de tratamento de esgoto existentes, projetadas na década de 1990, não dispõem de sistemas para remoção de nutrientes. Ressaltou que será necessário avançar no tratamento de esgoto na bacia para reduzir as cargas lançadas e evitar recorrência desses episódios, enfatizando a importância de uma atuação conjunta entre os órgãos e entidades envolvidas. O Sr. Ivan Canalle afirmou que o município também realiza captação de água no Rio Piracicaba, utilizada em complemento ao abastecimento da cidade, sendo tratada em mistura com a água do Rio Corumbataí. Explicou que, em períodos de chuva, é possível aumentar a proporção de captação no Rio Piracicaba e reduzir a do Rio Corumbataí, mas durante a estiagem isso não ocorre devido aos elevados níveis de nitrogênio amoniacal, semelhantes aos registrados em Sumaré, que inviabilizam o tratamento da água. O Sr. Rodrigo Sanches Garcia, representante do GAEMA, informou que foi instaurado um PAA com o objetivo de avaliar o índice de qualidade e o enquadramento do Ribeirão Anhumas, atualmente classificado como classe 4, mas com potencial para ser enquadrado como classe 3. Informou que a SANASA está realizando o *retrofit* da ETE Anhumas e apresentou, a pedido do GAEMA, um estudo de monitoramento em cinco pontos do ribeirão, desde a montante até a jusante da ETE Barão Geraldo. Ressaltou que o monitoramento, aliado às melhorias na ETE Anhumas, deverá gerar dados para subsidiar a reclassificação do corpo hídrico e contribuir para a melhoria do sistema de captação de água em Sumaré, conforme apontado pela BRK. Acrescentou que a ETE Paulínia também passa por processo de *retrofit*, com atraso devido a problemas em equipamentos, mas que deverá promover avanços na qualidade da água. Mencionou ainda que, em relação ao Ribeirão Pinheiros, em Valinhos, foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com a municipalidade para rastrear ligações irregulares de água e esgoto e elaborar um plano de monitoramento preventivo, visando evitar rompimentos de rede e novos episódios que comprometam a captação de água da SANASA. A Sra. Alexandra Faccioli Martins, representante do GAEMA, afirmou que há grande preocupação com os impactos da escassez hídrica sobre o abastecimento público, relacionados não apenas à vazão, mas também aos aspectos qualitativos.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO DOS COMITÊS PCJ (CT-MH)
GRUPO DE TRABALHO-ESTIAGEM 2026 DOS COMITÊS PCJ (GT-ESTIAGEM)
Ata da 273ª Reunião Ordinária da CT-MH, 1ª Reunião do GT-Estiagem 2026 e
1ª Reunião Conjunta CT-MH e GT-Estiagem 2026
CIESP - Campinas/SP – 05/11/2025 – 9:30 horas

380 Destacou a importância de registrar formalmente as
ocorrências nos sistemas, pois esses registros
fortalecem o conjunto de ações necessárias para o
enfrentamento da crise. Ressaltou a relevância do
sistema de alerta e dos procedimentos operacionais
padrão, que possibilitam a adoção antecipada de
385 medidas preventivas. Enfatizou a necessidade de
que a revisão do Plano de Bacias PCJ 2020–2035
contemple de forma mais incisiva a questão da
qualidade da água, com foco em ações
antecipatórias, considerando os impactos já
390 observados. Mencionou que as interrupções de
abastecimento foram frequentes ao longo do ano e
tendem a se repetir, e que o protocolo de escassez
da SP Águas possivelmente resultará na declaração
de emergência, tanto pela quantidade quanto pela
395 qualidade da água. Observou que a necessidade de
misturar águas de diferentes rios para viabilizar o
tratamento eleva os custos e traz riscos à saúde
pública, diante da possibilidade de não
conformidade da potabilidade. Destacou ainda o
400 comunicado das autoridades sanitárias, que
estabelece exigências a serem seguidas nessas
situações, e sugeriu que o tema seja tratado no
âmbito do GT-Estiagem, visando garantir o controle
quantitativo e qualitativo da água até que o
405 enquadramento dos corpos hídricos seja efetivado.
O Sr. Alexandre Vilella destacou a atuação do
Grupo de Trabalho de Qualidade (GT-Qualidade)
da CT-MH, responsável pelo acompanhamento das
estações automáticas de monitoramento da
410 qualidade da água nas Bacias PCJ. Informou que
atualmente existem cinco estações em operação,
com dados em tempo real (10 minutos), e que mais
quatro estão sendo adquiridas com recursos dos
Comitês PCJ, o que tornará o Rio Piracicaba a
415 região com a maior densidade de estações
automáticas. Explicou que o grupo trabalha na
discussão de gatilhos de decisão, objetivando
aprimorar o Procedimento Operacional Padrão
(POP), envolvendo a Fundação Agência das Bacias
420 PCJ, a SP Águas e a CETESB, permitindo respostas
rápidas às alterações nos parâmetros de qualidade
da água. Ressaltou que a expectativa é que o POP
seja assinado até o final do ano e entre em vigor no
próximo exercício, em caráter experimental, com
425 aperfeiçoamento contínuo a partir das experiências
práticas. Mencionou que o objetivo é estabelecer
critérios adequados para ativação dos gatilhos,
evitando acionamentos excessivos, e que a
aplicação inicial servirá para ajustes progressivos.
430 Finalizou convidando os membros do GT-Estiagem

a participarem também das discussões do GT-
Qualidade. O Sr. Eduardo Leo, Coordenador de
Sistemas de Informações da Fundação Agência das
Bacias PCJ pediu a palavra para informar que o
435 processo de revisão do Plano de Bacias PCJ 2020–
2035 será iniciado em 2026 e que o plano atual já
apresenta forte enfoque na qualidade da água.
Explicou que o documento possui metas
intermediárias para 2025, abrangendo a redução de
440 cargas orgânicas e a remoção de nutrientes,
especialmente fósforo e nitrogênio amoniacal, cujas
metas foram definidas com base em diagnósticos
que já antecipavam problemas como os relatados na
reunião de hoje. Destacou que a priorização das
445 ações considerou municípios localizados a
montante de captações e reservatórios, de modo a
reduzir os impactos nessas áreas. Ressaltou que o
PBH aborda todos os temas da gestão de recursos
hídricos, mas dedica seu maior volume à questão da
450 qualidade da água, que continuará sendo o foco
central durante a revisão. Informou que as
discussões sobre o novo ciclo vêm sendo
conduzidas pela Câmara Técnica do Plano de
Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ, que elaborou um
455 Termo de Referência (TR) com ênfase na qualidade
e estabeleceu como premissa a não redução das
metas vigentes, apenas ajustes pontuais quando
necessários. Explicou que, em 2026, será realizado
um balanço das metas de 2025, avaliando o que foi
460 previsto e executado, e que todas as câmaras
técnicas dos Comitês PCJ serão envolvidas nesse
processo. Por fim, destacou que, embora o
planejamento esteja bem estruturado, ainda há
grandes desafios relacionados à coleta, tratamento e
465 eficiência dos sistemas de esgotamento sanitário,
sendo fundamental fortalecer a participação dos
municípios e usuários de recursos hídricos para
transformar as metas em resultados concretos de
melhoria da qualidade da água. Na sequência, o Sr.
470 Alexandre Vilella retomou a palavra para informar
o status da operação do Sistema Cantareira em
04/11/2025, apresentando aos presentes os
seguintes valores: vazão natural afluyente era de
32,28 m³/s; vazão da transposição do Paraíba do Sul,
475 5,87 m³/s; vazão a jusante do Sistema Cantareira
para as Bacias PCJ, 2,75 m³/s; vazão de retirada do
Sistema Cantareira para a Região Metropolitana de
São Paulo, 24,80 m³/s; volume do Sistema
Cantareira era de 23,6%, a título de comparação,
480 neste mesmo dia em 2024 o volume era de 46,1% e
em 2023 era de 74,4%; o volume de água
armazenado no Sistema Integrado da Região

CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO DOS COMITÊS PCJ (CT-MH)

GRUPO DE TRABALHO-ESTIAGEM 2026 DOS COMITÊS PCJ (GT-ESTIAGEM)

Ata da 273ª Reunião Ordinária da CT-MH, 1ª Reunião do GT-Estiagem 2026 e

1ª Reunião Conjunta CT-MH e GT-Estiagem 2026

CIESP - Campinas/SP – 05/11/2025 – 9:30 horas

Metropolitana de São Paulo é de 28,5%, a título de
comparação, neste mesmo dia em 2024 o volume
era de 44,5% e em 2023 era de 71,9%; foram
transferidos 147,7 hm³ da bacia do Paraíba do Sul
para o Sistema Cantareira até o momento; o
Comunicado da CT-MH em vigência é o nº 30, de
01/11/2025, em que as vazões descarregadas para as
Bacias PCJ são as seguintes: Jaguari, 0,25 m³/s;
Cachoeira, 1,50 m³/s; Atibainha, 1,00 m³/s. O Sr.
Alexandre Vilella destacou os esforços conjuntos
das instituições envolvidas para operar em
patamares que objetivem a boa utilização do volume
de água armazenado no Sistema Cantareira, visando
a redução da curva de queda do seu volume. Em ato
contínuo, apresentou a evolução do volume útil do
Sistema Cantareira desde 1982, demonstrando a
queda do volume armazenado no último ano.
Afirmou que na data de 04/11/2025, já foram
utilizados 75% do volume de 158,1 hm³ destinado
para as Bacias PCJ, de acordo com a Resolução
Conjunta ANA/DAEE nº 925/2017. A título de
comparação, em 2024 nesta mesma data, já haviam
sido utilizados 86% do volume destinado para as
Bacias PCJ. Em seguida, o Sr. Alexandre Vilella
apresentou as seguintes previsões matemáticas do
volume do Sistema Cantareira após o término do
período úmido de 2026: Cenário meteorológico
50% menor que a média histórica: 17%; cenário
meteorológico crítico (2013/2014): 21%; cenário
meteorológico 25% menor que a média histórica:
35%; cenário meteorológico igual a média histórica:
63%. Para apresentar o relatório da Sala de Situação
PCJ, o Sr. Alexandre Vilella passou a palavra para
a Sra. Karoline de Goes Dantas, representante da SP
Águas. **6. Apresentação da Sala de Situação PCJ:
chuvas/vazões em outubro/2025 e perspectivas
para os próximos meses.** A Sra. Karoline de Goes
Dantas, representante da SP Águas afirmou que a
climatologia de precipitação do INPE considera
uma média histórica de 30 anos, integrando dados
de estações telemétricas e de radar. Explicou que,
para as Bacias PCJ, o esperado para o mês de
outubro seria entre 50 e 125 mm de chuva. Informou
que, das 28 estações analisadas pela Sala de
Situação PCJ, 17 registraram índices abaixo da
média histórica. A estação Rio Jaguari, em
Jaguariúna, apresentou o maior acumulado do mês,
com 211 mm, enquanto a estação Rio Capivari
Sabesp, em Monte Mor, registrou o menor valor,
com 63,5% da média esperada. Destacou que, no
mês de outubro de 2025, os acumulados variaram
entre 75 e 200 mm, comportamento semelhante ao

observado em 2024, embora a situação tenha
apresentado leve melhora. Em relação ao monitor de
secas da Agência Nacional de Águas e Saneamento
Básico (ANA), relatou que o avanço da seca grave
nas Bacias PCJ tem gerado impactos de longo
prazo, como restrições de uso e dificuldades no
abastecimento público. A Sra. Karoline Dantas
também apresentou os dados fluviométricos de
outubro de 2025, indicando que as vazões médias
ficaram abaixo das últimas décadas em diversas
estações. A estação Rio Jaguari registrou 7,80 m³/s,
a estação Rio Atibaia acima de Paulínia, 12,52 m³/s
e a estação Rio Piracicaba em Artemis, 34,61 m³/s.
No Rio Jundiá em Itaiaci, a vazão foi de 3,79 m³/s,
representando reduções de 42,97% em relação a
2024 e 75,73% em relação a 2023. Já a estação Rio
Capivari Sabesp, em Monte Mor apresentou vazão
de 14,18 m³/s, 44,29% menor que a do ano anterior.
A Sra. Karoline Dantas continuou sua apresentação
afirmando que as aflúncias ao Sistema Cantareira,
em 2025, ficaram ligeiramente abaixo das
registradas em 2014, ano de crise hídrica,
considerando a série histórica de 1982 a 2024.
Informou que o volume útil do sistema equivalente,
composto pelos reservatórios Jaguari/Jacareí,
Cachoeira e Atibainha, reduziu-se de 28,11% no
início de outubro para 23,36% ao final do mês.
Destacou que a operação do sistema foi conduzida
de forma rigorosa, resultando em volume
consumido praticamente igual ao de 2024, com
diferença de apenas 0,3%. Apontou que, conforme
as Resoluções Conjuntas ANA/DAEE nº 925/2017
e nº 926/2017, as vazões mínimas exigidas nos
postos de controle foram atendidas na maior parte
do período, destacando estabilidade na estação Rio
Atibaia em Atibaia e na estação Rio Jaguari em
Buenópolis. Finalizou sua apresentação ressaltando
que a estação Rio Atibaia – Captação Valinhos
apresentou grande variabilidade, com momentos em
que a vazão se aproximou ou ficou abaixo do
mínimo exigido, devido à rápida queda das vazões
e ao tempo de trânsito da água na operação do
Sistema Cantareira. **7. Previsões meteorológicas -
GT-Previsão do Tempo.** O Sr. Jorge Antonio
Mercanti, representante do CIESP – DR Campinas
e Coordenador do GT-Previsão do Tempo, iniciou
sua apresentação apontando a análise das séries de
vazão dos últimos 12 meses, destacando diferenças
entre os postos monitorados e a influência dos
reservatórios nos resultados observados. Explicou
que, ao comparar as previsões do SIMEPAR com os
dados registrados, especialmente para os postos de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO DOS COMITÊS PCJ (CT-MH)

GRUPO DE TRABALHO-ESTIAGEM 2026 DOS COMITÊS PCJ (GT-ESTIAGEM)

Ata da 273ª Reunião Ordinária da CT-MH, 1ª Reunião do GT-Estiagem 2026 e

1ª Reunião Conjunta CT-MH e GT-Estiagem 2026

CIESP - Campinas/SP – 05/11/2025 – 9:30 horas

590 Buenópolis (Rio Jaguari), Atibaia (Rio Atibaia) e
Valinhos (Rio Atibaia), verificou-se boa aderência
entre valores previstos e observados, tanto em
análises recentes quanto na série histórica desde
2018. Ressaltou que o principal desafio do modelo
hidrológico permanece sendo a previsão dos
desvios, uma vez que oscilações positivas e
negativas ocorrem de forma aleatória, embora os
índices de predição tenham se mantido satisfatórios,
com desempenho inferior a 75% em outubro para os
modelos de 22 e 29 dias. Na sequência, apresentou
a análise das condições meteorológicas, destacando
a atuação de frentes frias, frentes estacionárias,
regiões de baixa pressão e zonas de convergência,
que explicaram os episódios recentes de
instabilidade e chuvas intensas na região. Informou
que as previsões do CPTEC indicavam chuva forte
para 8 de novembro, com tendência de estabilização
após a passagem de frente fria. Mostrou ainda as
projeções de vazão, indicando que os valores
previstos estavam acima ou próximos dos limites de
outorga, reforçando a diferença de comportamento
entre as bacias do Jaguari — mais permeáveis e com
variações mais suaves — e do Atibaia, mais
impermeabilizadas e sujeitas a quedas rápidas de
vazão. Apresentou também dados pluviométricos
da REPLAN e da ESALQ, evidenciando diferenças
regionais: enquanto Paulínia registrou acumulados
elevados em outubro, Piracicaba apresentou
volumes inferiores aos de 2023, refletindo
tendências distintas nas séries de 12 e 24 meses.
Concluiu com a análise das condições oceânicas,
indicando que o Oceano Pacífico se encontrava sob
influência de La Niña fraca, com previsão de
neutralidade até o final do verão e possibilidade de
transição para El Niño posteriormente. Finalizou
informando que, segundo a Universidade de
Columbia e o CPTEC, a previsão para novembro,
dezembro e janeiro aponta chuvas levemente acima
da média e temperaturas próximas ou discretamente
acima do padrão climatológico, cenário considerado
favorável para o período. Ao final, o Sr. Jorge
Mercanti solicitou os comentários do Sr. Marco
Antonio Jusevicius, do SIMEPAR. O Sr. Marco
Jusevicius afirmou que, conforme exposto na
apresentação anterior, embora haja expectativa pela
recuperação plena dos reservatórios, a climatologia
atual indica uma estação chuvosa apenas moderada,
sem previsão de volumes excepcionais. Explicou
que a presença de um La Niña fraco, de curta
duração e previsto para terminar ao final da estação
chuvosa, reduz sua influência sobre o regime de

640 chuvas, permitindo a atuação de outros fenômenos
climáticos de curta escala, que têm modulado a
precipitação, como observado recentemente no
estado do Paraná, onde ocorreram chuvas acima da
média e temperaturas inferiores ao esperado.
Destacou ainda a influência da chamada “glaciação
antártica”, que afeta a distribuição das chuvas
quando os fenômenos globais não são
predominantes. Ressaltou que, nas Bacias PCJ,
parte das estações registrou chuva acima da média,
porém com distribuição irregular e concentrada em
eventos intensos. Concluiu que o cenário não é
crítico, mas também não atende às expectativas de
forte recuperação hídrica, sendo necessária gestão
cuidadosa ao longo dos próximos meses, enquanto
se aguarda maior regularidade das chuvas até o fim
da estação. O Sr. Alexandre Vilella agradeceu as
apresentações e ressaltou que as previsões
colaboram significativamente no suporte à decisão
da CT-MH, quando da operação das vazões do
Sistema Cantareira. **8. Deliberação sobre as vazões
a serem descarregadas do Sistema Cantareira às
Bacias PCJ em atendimento às resoluções
conjuntas ANA/DAEE nº 925 e 926/2017.** O Sr.
Alexandre Vilella apresentou o item de pauta,
afirmando que era necessário definir as vazões de
descarga do Sistema Cantareira, considerando o
cenário hidrológico observado. Destacou a situação
das vazões às 7h, com quedas já registradas ao longo
da manhã, e ressaltou que a bacia do Rio Jaguari
apresentava vazões mais elevadas e redução mais
lenta, em razão das chuvas recentes. Solicitou que
os usuários de recursos hídricos da Bacia do Rio
Jaguari, incluindo Replan, BRK e demais usuários
significativos da calha, manifestassem suas
avaliações sobre as descargas. Reforçou que as
decisões da CT-MH possuem defasagem temporal
— como no caso do registrado em Valinhos, em que
o efeito ocorre após cerca de 12 dias, e no caso de
Piracicaba, após aproximadamente 22 dias — e que
fatores externos, como chuvas, evaporação, geração
de energia, transposições e incertezas
meteorológicas, influenciam diretamente os
resultados. Encerrou destacando a importância das
contribuições dos usuários para subsidiar a
deliberação. Após a manifestação de alguns
representantes da região da bacia do Rio Jaguari, o
Sr. Alexandre Vilella encaminhou pela manutenção
da descarga de 0,25 m³/s à jusante do reservatório
Jaguari/Jacareí. Posteriormente afirmou que, ao
analisar o Rio Atibaia, observou-se que o posto
690 Valinhos apresentava vazão em torno de 15 a 16

CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO DOS COMITÊS PCJ (CT-MH)

GRUPO DE TRABALHO-ESTIAGEM 2026 DOS COMITÊS PCJ (GT-ESTIAGEM)

Ata da 273ª Reunião Ordinária da CT-MH, 1ª Reunião do GT-Estiagem 2026 e

1ª Reunião Conjunta CT-MH e GT-Estiagem 2026

CIESP - Campinas/SP – 05/11/2025 – 9:30 horas

m³/s, porém com tendência de queda. Ressaltou que o posto em Atibaia é referência importante, pois antecipa o comportamento no posto Valinhos. Informou que, naquela manhã, a vazão no posto Atibaia já havia reduzido para 8,54 m³/s, evidenciando o rápido declínio decorrente do fim das chuvas e dos fechamentos operacionais realizados, inclusive no domingo anterior. Explicou que o tempo de trânsito da água é distinto conforme o reservatório: aproximadamente 40 horas quando liberado pelo Rio Cachoeira e cerca de 96 horas quando liberado pelo Atibainha, sendo que as reduções de vazão ocorrem mais rapidamente que as elevações. Destacou que os gráficos demonstram essa tendência acentuada e que o cenário para os próximos dias indica nova queda, apesar da previsão de chuva para o sábado, cujo volume ainda é incerto. Informou que as vazões atualmente praticadas na bacia do Atibaia são de 1,5 m³/s pelo Rio Cachoeira e 1,0 m³/s pelo Rio Atibainha, e solicitou manifestações dos principais usuários da bacia para subsidiar a definição operacional. O representante da SANASA afirmou que as vazões estavam caindo rapidamente e que não seria prudente contar com as chuvas previstas para o final de semana, defendendo o retorno às vazões de descarga anteriores ao último fechamento para evitar rebaixamentos maiores na semana seguinte. O Sr. Reginaldo Dias Grunwald Neto, representante da P.M. de Piracaia ponderou que, considerando a previsão de chuvas, seria adequado adotar descargas próximas a 4 e 4,5 m³/s para garantir segurança operacional e proteger o município, que se encontra com obras relevantes em andamento. O representante do DAE Valinhos, Sr. Rodrigo Basso, acompanhou a proposta da SANASA e observou que chuvas de aproximadamente 20 mm já exigiriam atenção imediata, reforçando apoio ao ajuste sugerido. O Sr. Alexandre Vilella acrescentou que, caso ocorram chuvas no sábado, novos fechamentos seriam realizados. Registrou ainda que a BRK manifestou apoio à retomada das vazões praticadas antes das chuvas. Explicou que, além das demandas dos usuários, a decisão considera parâmetros operacionais, simulações de despacho e as incertezas envolvidas. Destacou que, para o Rio Jaguari, havia consenso em manter a descarga de 0,25 m³/s. Em relação à Bacia do Rio Atibaia, informou que a vazão praticada era de 8 m³/s e que, diante das contribuições e do alinhamento entre as propostas, apresentou alternativa intermediária: elevar a descarga no Rio Cachoeira para 4,5 m³/s,

745 permitindo reação mais rápida à queda das vazões, e ajustar a vazão do Rio Atibainha para 2,5 m³/s, totalizando 7 m³/s. Ressaltou que a medida considera a previsão de chuvas, a operação do sistema, o pleito de Piracaia e as indicações do simulador, e concluiu afirmando que a decisão poderia ser revisada a qualquer momento, especialmente caso chova no sábado. **9. SP Águas: Apresentação do Protocolo de Escassez e medidas para enfrentamento de períodos críticos.** O Sr. Alexandre Vilella agradeceu a presença da comitiva da Agência de Águas do Estado de São Paulo (SP Águas), destacando a importância de acompanhar os critérios de decisão da CT-MH e as demandas dos usuários. Ressaltou que as condições hidrológicas variam e nem sempre são favoráveis, apesar das chuvas recentes. Em 750 seguida, convidou a Sra. Ana Paula e o Sr. Anderson para darem início à discussão sobre o protocolo de escassez, registrando a honra de contar com a participação virtual da Sra. Camila e a presença dos demais representantes da SP Águas na reunião. O 755 Sr. Rafael Grinberg Chasles, Gerente de Inovação e Sustentabilidade da SP Águas, agradeceu o espaço concedido pela CT-MH para apresentar o Protocolo de Escassez Hídrica, desenvolvido ao longo do último ano e recentemente publicado. Explicou que 770 o protocolo surgiu de um estudo técnico denominado “Diretrizes para a Escassez Hídrica”, elaborado com base em estruturas internacionais de gestão de risco e submetido à consulta pública. Informou que o objetivo do protocolo é planejar a 775 gestão de recursos hídricos em cenários de escassez, reduzir impactos da seca e garantir a disponibilidade de água aos múltiplos usuários, com prioridade ao abastecimento humano e à dessedentação animal. Apresentou os fatores associados à seca, como 780 variabilidades climáticas, mudanças climáticas, superexploração dos recursos e redução das precipitações nos últimos anos. Detalhou que a seca se manifesta de forma meteorológica, agrícola e hidrológica, podendo resultar em impactos 785 socioeconômicos. Relatou que o protocolo se alinha a referências internacionais, ao Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática e ao Pacto de Governança da Água da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), incorporando 790 pilares de monitoramento e alerta precoce, avaliação de vulnerabilidade e adoção de medidas de contingência. Esclareceu que o monitoramento é realizado por meio de indicadores como SPI, SPEI, anomalias de precipitação, monitor de secas,

CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO DOS COMITÊS PCJ (CT-MH)

GRUPO DE TRABALHO-ESTIAGEM 2026 DOS COMITÊS PCJ (GT-ESTIAGEM)

Ata da 273ª Reunião Ordinária da CT-MH, 1ª Reunião do GT-Estiagem 2026 e

1ª Reunião Conjunta CT-MH e GT-Estiagem 2026

CIESP - Campinas/SP – 05/11/2025 – 9:30 horas

795 volumes de reservatórios e duração da seca, permitindo o enquadramento das sub-UGRHIs em cinco estágios de disponibilidade hídrica, do normal ao emergencial. Destacou que, para fundamentar a declaração de escassez, o protocolo também avalia vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais de cada bacia. Informou que as medidas de contingência variam conforme o estágio, podendo envolver intensificação de monitoramento, restrição ou suspensão de outorgas e ações fiscalizatórias. Ressaltou que o protocolo foi publicado por meio da Deliberação SP ÁGUAS nº 10, de 23/09/2025, após consulta pública que recebeu mais de 100 contribuições. Explicou que o instrumento adotado foi um experimento regulatório com duração de dois anos, permitindo ajustes e calibrações ao longo do período. Informou ainda que, simultaneamente, foram publicadas as Deliberações nº 11 e 12, que declararam escassez hídrica quantitativa nas bacias do Alto Tietê e do Piracicaba (porção estadual paulista). Concluiu convidando o Sr. Josielton para apresentar o acompanhamento da situação hídrica do Sistema Integrado Metropolitano. O Sr. Josielton da Silva Santos, Chefe de Divisão da Sala de Situação São Paulo da SP Águas, apresentou o acompanhamento da situação hídrica do Sistema Integrado Metropolitano, destacando que o conjunto de reservatórios operava, em 4 de novembro, com 28,5% de armazenamento, enquadrado no estágio crítico do Protocolo de Escassez Hídrica, assim como os Sistemas Cantareira (23,6%) e Alto Tietê (22,2%). Explicou que a SP-Águas vem comparando diariamente os volumes observados com projeções elaboradas a partir de diferentes cenários de afluência, especialmente o ano de 2021, considerado uma referência por apresentar condições semelhantes. Informou que, até o momento, o comportamento dos reservatórios segue próximo ao cenário projetado com base nas afluências de 2021. Apontou que, caso nenhuma medida fosse adotada, as projeções indicariam redução do volume para patamares inferiores a 20% até o final de setembro de 2026. Para evitar esse cenário, foram definidas ações de contingência, como gestão de demanda noturna, transposição do Rio Itapanhaú, ampliação de captação em Cotia e aumento da transposição da bacia do Paraíba do Sul para o Sistema Cantareira. Relatou que a gestão de demanda já vem resultando em redução das retiradas do Sistema Integrado, que passaram de cerca de 74 m³/s para 67,6 m³/s. Observou também que as afluências aumentaram

com o início do período chuvoso, embora ainda irregulares, com médias próximas às climatológicas e superiores às registradas em 2021. Informou que o volume atual permanece ligeiramente acima da curva projetada exclusivamente com base nas afluências de 2021, mas ainda abaixo da curva que considera integralmente as medidas de contingência, devido às chuvas abaixo do esperado em outubro. Destacou que todas essas informações subsidiam a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (ARSESP) na definição das medidas operacionais e ficam disponíveis ao público nos portais da SP-Águas e da Sala de Situação. Concluiu convidando o Sr. Anderson para dar continuidade à apresentação. O Sr. Anderson Barboza Esteves, Diretor da SP Águas, apresentou o plano de contingência e o processo de governança em andamento, destacando o trabalho conjunto com a ARSESP para enfrentar a situação crítica dos reservatórios do Sistema Integrado Metropolitano. Informou que, desde dezembro, têm sido executadas diversas ações previstas no Protocolo de Escassez Hídrica e que, já em abril, foi encaminhada à ARSESP a primeira nota técnica alertando para a necessidade de medidas emergenciais. Relatou que, entre junho e agosto, o protocolo foi submetido à consulta pública e novas notas técnicas foram enviadas, o que levou à adoção de ações de gestão de demanda, sob responsabilidade da ARSESP, como a gestão de demanda noturna, que tem contribuído para reduzir a retirada de água dos reservatórios. Mencionou ainda a ampliação da outorga na transposição do Sistema Jaguari-Atibainha, acordada com a ANA, Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e Instituto Estadual do Ambiente (INEA), permitindo operação de até 7,5 m³/s até dezembro, com previsão de renovação em janeiro. Destacou que, desde setembro, SP Águas e ARSESP mantêm reuniões semanais para acompanhar a situação dos reservatórios e definir medidas do plano de contingência, cujos efeitos já podem ser observados no desempenho dos volumes armazenados. Ressaltou que a meta é encerrar setembro de 2026 com, no mínimo, 30% de armazenamento, reconhecendo o esforço da Sabesp e a dificuldade de ampliar a produção de água no curto prazo. Informou que o Estado, por meio da SEMIL, acompanha semanalmente a situação e tem cobrado ações estruturantes e de redução de perdas. Concluiu afirmando que a apresentação busca reforçar o compromisso do Governo do Estado de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO DOS COMITÊS PCJ (CT-MH)
GRUPO DE TRABALHO-ESTIAGEM 2026 DOS COMITÊS PCJ (GT-ESTIAGEM)
Ata da 273ª Reunião Ordinária da CT-MH, 1ª Reunião do GT-Estiagem 2026 e
1ª Reunião Conjunta CT-MH e GT-Estiagem 2026
CIESP - Campinas/SP – 05/11/2025 – 9:30 horas

São Paulo com a gestão responsável da água na
900 bacia doadora e, em seguida, passou a palavra à Sra.
Ana Paula Brites para continuidade da exposição. A
Sra. Ana Paula Zubiaurre Brites, Diretora da SP
Águas, destacou que todas as informações
905 apresentadas evidenciam o esforço de integração
institucional para fortalecer a governança da água
no Estado. Explicou que, no plano de contingência,
a atuação da SP Águas se concentra no controle do
uso por meio das outorgas e que, conforme previsto
no Protocolo de Escassez Hídrica, nos estágios mais
910 críticos são adotadas medidas de redução de
outorgas. Informou que, ao se alcançar o estágio de
alerta, foi realizado um levantamento detalhado dos
usos na bacia do Sistema Integrado, envolvendo as
bacias do Alto Tietê e o Piracicaba, constatando-se
915 que cerca de 80% da demanda corresponde ao
abastecimento público, considerado uso prioritário.
Ressaltou que, diante da declaração de escassez,
foram aplicadas medidas como a suspensão da
emissão de novas outorgas de captação superficial e
920 de outorgas subterrâneas próximas aos cursos
d'água, visando evitar maior pressão sobre os
reservatórios. Observou que todas as ações já
tomadas pela prestadora de serviços têm como meta
assegurar que o sistema alcance, em setembro de
925 2026, ao menos 30% do volume armazenado,
evitando a queda abaixo dos níveis críticos.
Esclareceu que, caso os reservatórios atinjam 20%
de armazenamento, o protocolo prevê a necessidade
de articulação com os Comitês de Bacia para
930 discutir reduções graduais de outorga, reforçando
que essas decisões não são unilaterais. Citou
experiências anteriores, como as medidas adotadas
em 2014 e 2015, e mencionou que, diferentemente
daquele período, há hoje maior tempo e espaço para
935 negociação com a ANA, que também declara
escassez quando o volume atinge 20%. Informou
que já há diálogo preliminar com a ANA para
construção de diretrizes conjuntas, incluindo
possíveis reduções de 10% nos usos prioritários e
940 reduções maiores nos usos não prioritários, caso o
cenário se agrave. Concluiu enfatizando a
importância da articulação com os Comitês PCJ e
do Alto Tietê, da integração com órgãos como
ARSESP e SEMIL e da necessidade de
945 transparência e previsibilidade nas ações. Reforçou
que o objetivo é evitar a chegada aos níveis críticos
e alcançar, até o próximo ciclo, a recuperação
esperada dos reservatórios, colocando-se à
disposição para ouvir contribuições e expectativas
950 dos usuários. O Sr. Alexandre Vilella retomou a

palavra para registrar que, diferentemente de 2014,
o atual processo oferece aos usuários maior
previsibilidade, transparência e capacidade de
compreender como cada cenário pode impactar seus
955 usos. Observou que, à época, a ausência de
mecanismos estruturados gerou surpresa e
dificuldades de fiscalização quanto ao cumprimento
das reduções de captação, o que hoje é mitigado
pelo aprimoramento da governança e dos
960 instrumentos de comando e controle. Destacou que
algumas discussões permanecem relevantes, como a
proporcionalidade das reduções entre usuários e a
definição dos critérios técnicos para orientar essas
medidas, lembrando debates semelhantes ocorridos
965 em 2014 com a ANA e o então DAEE. Mencionou
ainda experiências de outras bacias, como no Rio
São Francisco, onde se concluiu que reduções
diárias distribuídas eram mais eficazes do que
interrupções totais em dias específicos, reforçando
970 a importância de soluções operacionais
pragmáticas. Por fim, afirmou que o momento atual
é propício para reflexão e diálogo com os usuários,
aproveitando a presença dos órgãos estaduais e
federais para aperfeiçoar o entendimento coletivo
975 sobre eventuais restrições, ressaltando o desejo de
que o cenário hidrológico evolua de forma
favorável. A Sra. Ana Paula Brites pediu a palavra
para destacar que o protocolo de escassez hídrica foi
publicado exatamente no aniversário de um ano da
980 agência, ressaltando que, embora tenha sido
concebido como um experimento regulatório
destinado a permitir análises e ajustes graduais, sua
aplicação prática se tornou imediata diante das
condições atuais. Observou que o processo está
985 ocorrendo simultaneamente à implantação das
normas, sem o tempo inicialmente imaginado para
testes, o que reforça a importância do diálogo
contínuo, da troca de informações e do
esclarecimento de dúvidas, ampliando a
990 participação e a compreensão de todos os
envolvidos. O Sr. Valdir José Pinheiro,
representante da Replan afirmou que a empresa está
bastante preocupada com possíveis reduções de
outorga, destacando que a refinaria é responsável
995 por cerca de 30% do abastecimento nacional de
combustíveis, atendendo estados como Goiás, Mato
Grosso, Distrito Federal e Rondônia. Ressaltou que
qualquer restrição pode impactar significativamente
o país e informou que a Replan já vem operando
1000 implantando diversos projetos de uso racional da
água, adiantando medidas para garantir o
abastecimento. Solicitou que esse esforço prévio

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO DOS COMITÊS PCJ (CT-MH)
GRUPO DE TRABALHO-ESTIAGEM 2026 DOS COMITÊS PCJ (GT-ESTIAGEM)
Ata da 273ª Reunião Ordinária da CT-MH, 1ª Reunião do GT-Estiagem 2026 e
1ª Reunião Conjunta CT-MH e GT-Estiagem 2026
CIESP - Campinas/SP – 05/11/2025 – 9:30 horas

1005 seja considerado caso haja necessidade de futuras reduções. O Sr. Alexandre Vilella destacou a importância de considerar, em situações de crise hídrica, a diferenciação entre usuários que já adotam boas práticas e aqueles que operam com maiores ineficiências. Recordou discussões ocorridas em 2014, ressaltando o desafio de evitar que usuários com elevados índices de perdas ou baixa eficiência sejam tratados da mesma forma que aqueles que já reduziram consumo e operam próximos a padrões de excelência. Observou que, na época, optou-se por aplicar reduções com base na vazão outorgada, por ser mais viável para fiscalização e aplicação das restrições. Mencionou ainda a relevância da previsibilidade operacional e dos períodos mínimos de permanência nos estágios de restrição, entendendo que tais mecanismos evitam mudanças frequentes e permitem planejamento mais adequado. Concluiu reforçando que esses aprendizados devem orientar a construção de regras mais justas e eficazes para diferentes categorias de usuários. O Sr. Anderson Esteves afirmou que o Protocolo de Escassez Hídrica oferece maior segurança especialmente aos usuários industriais, por permitir a adoção antecipada de medidas restritivas também para usos prioritários, como o abastecimento público. Explicou que ações como a gestão de demanda noturna e o incremento de oferta por outros mananciais ajudam a postergar a necessidade de restrições mais severas, evitando um cenário mais crítico. Destacou que essa previsibilidade só é possível devido à articulação entre SP-Águas, ARSESP e governo estadual, e reforçou a importância da participação contínua dos usuários nos processos de consulta e diálogo para o aprimoramento do protocolo. A Sra. Alexandra Faccioli Martins, representante do GAEMA, agradeceu a oportunidade de discussão e destacou a urgência crescente de se debater e implementar planos de contingência, que hoje se mostram indispensáveis diante da recorrência dos eventos de escassez. Ressaltou a necessidade de forte articulação entre órgãos gestores, entidades reguladoras e municípios, observando que ainda existem desafios regulatórios e operacionais para incorporar rotinas de resposta compatíveis com as diferentes fases de alerta. Comentou que muitos planos de racionamento e ações de rodízio são aplicados pelos prestadores sem comunicação adequada às entidades reguladoras ou à população, o que exige maior fiscalização e proatividade das agências. Defendeu que medidas previstas nos

1055 protocolos devem ser acionadas desde fases iniciais e que os municípios precisam submeter e cumprir planos de ação consistentes, conforme determinações da ANA e da legislação vigente. Afirmou que diversos instrumentos implantados após 2014 ainda precisam ser aperfeiçoados, como o Sistema de Declarações das Condições de Uso de Captações (SiDeCC) e o Sistema Remoto de Declaração das Condições de Uso de Captações (SiDeCC-R), cuja implementação permanece parcial, dificultando respostas rápidas. Destacou que a situação atual é mais complexa e generalizada do que em crises anteriores, com mananciais em condições críticas e necessidade urgente de ações coordenadas por trechos de bacia. Defendeu o fortalecimento da Sala de Situação PCJ, a incorporação das entidades reguladoras na CT-MH e a institucionalização de fluxos de comunicação eficientes para lidar com emergências de quantidade e qualidade da água. Enfatizou que a integração entre SP Águas, ARSESP, ARES-PCJ e demais atores é essencial para aprimorar instrumentos, acelerar respostas e assegurar governança mais efetiva frente aos desafios climáticos e operacionais crescentes. O Sr. Anderson Esteves afirmou que a SP Águas vem atuando intensamente na gestão dos recursos hídricos e que o protocolo de escassez hídrica, embora recém-implementado, já se tornou um instrumento essencial para antecipar ações e evitar que as medidas sejam tomadas apenas em momentos críticos. Explicou que a declaração de escassez no Alto Tietê e na porção paulista da Bacia do Rio Piracicaba ocorreu em setembro, quando os reservatórios atingiram níveis inferiores a 30%, e destacou que a gestão exige simultaneamente a preparação de protocolos de escassez e de cheias, ambos necessários para o planejamento estadual. Informou que a Agência investirá na ampliação e modernização da Sala de Situação, com recursos da cobrança pelo uso da água, incluindo R\$ 6 milhões para melhoria da estrutura e mais de R\$ 20 milhões para a expansão da rede de monitoramento. Acrescentou que a agência desenvolveu internamente um painel de acompanhamento para avaliar a situação hídrica de cada município conforme os estágios do protocolo, permitindo atuação preventiva desde o estágio normal. Destacou a importância da articulação com a ARSESP, ARES-PCJ e outros órgãos, citando que novas cooperações estão em estudo, inclusive para ampliar o SiDeCC-R para todo o Estado. Informou que a SP-Águas tem dialogado com a ANA sobre as

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO DOS COMITÊS PCJ (CT-MH)
GRUPO DE TRABALHO-ESTIAGEM 2026 DOS COMITÊS PCJ (GT-ESTIAGEM)
**Ata da 273ª Reunião Ordinária da CT-MH, 1ª Reunião do GT-Estiagem 2026 e
1ª Reunião Conjunta CT-MH e GT-Estiagem 2026
CIESP - Campinas/SP – 05/11/2025 – 9:30 horas**

novas normas de referência e investimentos em monitoramento. Por fim, reconheceu os avanços obtidos no primeiro ano da entidade e reiterou o compromisso com metas até 2026, colocando-se à disposição para apresentar o protocolo de cheias e demais ferramentas de monitoramento em reuniões futuras. A Sra. Ana Paula Brites complementou as informações destacando que a agenda regulatória da SP-Águas contempla vários projetos, entre eles a ampliação do SiDECC e do SiDECC-R para todo o Estado, reconhecendo a complexidade técnica dessa expansão devido às necessidades de telemetria, transmissão de dados e integração dos sistemas. Informou que a agência discute, no Conselho Diretor, a possibilidade de acelerar a implantação do sistema no Alto Tietê como etapa inicial para avaliar o plano de expansão. Ressaltou que o monitoramento das águas subterrâneas é outro tema sensível em desenvolvimento na agenda regulatória, dada a importância de conhecer o potencial de atendimento das demandas por esse recurso. Explicou que, embora o protocolo tenha sido publicado quando diversas sub-UGRHI já se encontravam em estágio crítico, a agência acompanha continuamente a situação de todo o Estado e já vem aplicando ações previstas nos diferentes estágios, como intensificação de fiscalização, mapeamento de usos clandestinos, comunicação com usuários e outras medidas além da redução de outorgas. Assegurou que o objetivo é manter o maior número possível de unidades em condições favoráveis e aprimorar a previsibilidade e o diálogo com os usuários, enfatizando que a integração e o monitoramento permanente permitirão respostas mais rápidas e que a expectativa é de avanços significativos ao longo do próximo ano. A Sra. Juliana Fontes Lima Collaço, representante da ARSESP, afirmou que a instituição recebeu com satisfação o convite para participar do GT-Estiagem, destacando que situações de crise hídrica tornam imprescindível a atuação regulatória, especialmente porque cerca de 80% da demanda refere-se ao abastecimento humano. Ressaltou que o cenário de escassez exige economia e planejamento, e que a ARSESP está empenhada em contribuir de forma mais efetiva. Informou que o protocolo atualmente em consulta pública inclui um capítulo específico sobre o plano de contingência, integrando diretrizes de gestão e relacionamento. Convidou concessionárias e usuários a participarem da consulta para aprimorar o instrumento. Destacou ainda que a ARSESP busca ampliar seu olhar

territorial e atuar de maneira mais próxima das regiões críticas, como a Região Metropolitana de São Paulo, as Bacias PCJ e a Baixada Santista, reforçando a importância do diálogo contínuo e da cooperação institucional. O Sr. Alexandre Vilella finalizou enfatizando que os Comitês PCJ possui outras câmaras técnicas que também podem participar do debate, como as de Saneamento, Águas Subterrâneas e Plano de Bacias. Mencionou ainda a necessidade de considerar a diversidade de situações enfrentadas pelos municípios, incluindo aqueles que já decretaram emergência, e reforçou a importância de diferenciar os desafios da infraestrutura e do saneamento daqueles relacionados à gestão dos mananciais. Salientou que a infraestrutura existente, muitas vezes construída há décadas, enfrenta limitações perante as demandas atuais, o que exige ações paralelas ao aprimoramento da gestão hídrica. Por fim, agradeceu a presença da diretoria da SP Águas, reiterando o privilégio de recebê-los e mantendo as portas abertas para o diálogo contínuo. **10. Retomada do GT-Estiagem - 2025/2026.** O Sr. Denis Herisson da Silva, Coordenador do Grupo de Trabalho-Estiagem 2026 (GT-Estiagem 2026) dos Comitês PCJ e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL afirmou que, devido ao adiantado da hora, faria um breve comentário sobre o GT-Estiagem, destacando que a intenção é aproximar os membros do GT para a CT-MH para acompanhar a situação e as ações adotadas pela SP-Águas, especialmente no âmbito do protocolo de escassez hídrica. Informou que o GT pretende incorporar essas contribuições nos trabalhos e que a operação estiagem deverá ser operacional até março de 2026, de modo a iniciar o próximo ano plenamente estruturado. Ressaltou ainda a importância da comunicação, apontando a necessidade de atenção especial a esse tema em função dos problemas e aprendizados recentes, e passou a palavra ao Sr. Everton para complementações. O Sr. Everton Campos Quiraria, Assessor de Comunicação da Fundação Agência das Bacias PCJ destacou a importância da comunicação no contexto das ações relacionadas à estiagem, ressaltando que qualquer pronunciamento em nome do órgão colegiado requer consenso, dada sua composição diversificada. Explicou que, em períodos de escassez, a comunicação dirigida à sociedade deve ser cautelosa e baseada em diagnóstico uniforme, evitando contradições entre a mensagem dos Comitês PCJ e a percepção dos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO DOS COMITÊS PCJ (CT-MH)
GRUPO DE TRABALHO-ESTIAGEM 2026 DOS COMITÊS PCJ (GT-ESTIAGEM)
**Ata da 273ª Reunião Ordinária da CT-MH, 1ª Reunião do GT-Estiagem 2026 e
1ª Reunião Conjunta CT-MH e GT-Estiagem 2026
CIESP - Campinas/SP – 05/11/2025 – 9:30 horas**

1215 municípios ou da imprensa. Assinalou que a
comunicação no período atual deve se concentrar
nos setores usuários, mantendo continuidade ao
longo do ano e considerando a recorrência dos
1220 eventos climáticos. Enfatizou ainda que o GT-
Estiagem 2026 deverá definir suas metas nesse
campo e que a capilaridade é essencial, solicitando
o apoio das instituições participantes para difundir
de forma alinhada as mensagens produzidas,
1225 observando as limitações impostas pela LGPD. O
Sr. Denis Silva agradeceu os esclarecimentos e
observações, destacando que muitos dos presentes
já vivenciaram as crises de 2014 e 2021, cuja
experiência acumulada deverá subsidiar os
1230 trabalhos do GT-Estiagem. Ressaltou a intenção de
retomar a bagagem dos grupos anteriores e alinhá-
la às informações apresentadas pela SP Águas e
pelas agências reguladoras. Observou a ausência de
representantes da CETESB na composição do GT e
1235 sugeriu sua inclusão. Encerrou agradecendo o
espaço concedido pela CT-MH. **11. Outros
assuntos.** O Sr. Alexandre Vilella abriu espaço para
outros assuntos, não havendo e devido o avançado
da hora, deu sequência na pauta. **12.
Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, o Sr.
1240 Alexandre Luis de Almeida Vilella, representante
da FIESP e Coordenador da Câmara Técnica de
Monitoramento Hidrológico (CT-MH) dos Comitês
PCJ agradeceu a presença das diretorias regionais
do CIESP e dos representantes dos municípios,
destacando a importância dos diversos usuários da
1245 bacia. Observou que o colegiado permanece aberto
ao diálogo e à construção de pactuações. Agradeceu
novamente a participação de todos, comunicou que
a próxima reunião da CT-MH, será realizada por
videoconferência em 03/12/2025, enquanto o GT-
Estiagem seguirá calendário próprio e declarou
encerrada a reunião.

1250

Alexandre Luis de Almeida Vilella

Coordenador da Câmara Técnica de
Monitoramento Hidrológico (CT-MH) dos
1255 Comitês PCJ

Denis Herisson da Silva

1260 Coordenador do Grupo de Trabalho-Estiagem
2026 (GT-Estiagem 2026) dos Comitês PCJ e
Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
FEDERAL